

A importância do sistema braille no processo de ensino aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência visual e baixa visão

Érica da Silva¹
Patrícia Menezes de Oliveira²
Marcia Bacelo Patella³

RESUMO

O Braille é a ferramenta de comunicação tátil utilizada pelos cegos para ler e, foi desenvolvida no ano de 1825, na França por um homem chamado Louis Braille. Ele morava em uma pequena cidade chamada Coupvray, que ficava localizada ao leste de Paris. Seu pai era carpinteiro e fabricava arqueiros para as pessoas de sua cidade. Quando Louis tinha apenas três anos de idade, feriu os olhos e ficou cego quando brincava com algumas ferramentas de trabalho de seu pai. Foi então, que Louis acabou tendo que estudar em uma instituição específica para cegos na França. Ao longo de sua vida, se aprofundou em estudos para facilitar o aprendizado e a leitura de deficientes visuais, foi aperfeiçoando suas pesquisas com o passar dos anos, até finalmente desenvolver o sistema Braille. A inclusão de alunos com deficiência visual e baixa visão, é antes de tudo, uma questão de ética, onde os profissionais da educação necessitam estar atentos à sua volta e perceber que há atualmente várias diversidades, culturas, habilidades, religiões, entre outros fatores presente em salas de aula. Portanto, identificar e respeitar essas diferenças já representa um primeiro passo para a inclusão, pois esse misto de diversidades constitui-se no ato inclusivo. No ambiente escolar, quando o assunto é o apoio e a inclusão ao aluno deficiente visual, tudo dependerá da formação que o profissional da educação recebe, pois é ela que pode assegurar que o professor desempenhe seu papel social. A metodologia utilizada para tal pesquisa é de cunho bibliográfico.

Palavras-chave: braille, deficiente visual, inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Ainda nos dias de hoje, a inclusão do aluno com deficiência visual, está sendo conduzida de forma ineficiente o que acarreta inúmeras dificuldades que se

¹Graduanda em Pedagogia, Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Rua Afife Mansur 565, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: erica.ctba91@gmail.com

²Mestra em Ciências Humanas pela Universidad9e Tuiuti do Paraná (UTP), Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Núcleo de Educação a Distância (NEAD), Rua Afife Mansur, 565, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: tutor1@unisanatcruz.edu.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná, Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Rua Afife Mansur, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: marcia.patella@unisantacruz.edu.br

acumulam com o passar dos anos, impedindo um real aprendizado e preparo para a vida desse público. Tal ineficiência não pode ser atribuída aos valorosos professores que, na grande maioria das situações, sem capacitação adequada, apenas obedecem a um sistema educacional falho, cuja preocupação central é garantir a presença física do aluno com deficiência em sala de aula.

O sistema Braille é de suma importância para a inclusão de alunos que possuem deficiência visual e baixa visão. A falta de capacitação dos professores e equipamentos pedagógicos adequados certamente resultará em falhas no processo inclusivo, gerando uma formação incapaz de garantir ao aluno a autonomia pessoal e profissional.

Dentro da problematização encontrada no momento da pesquisa, pautou-se na seguinte reflexão: Qual a importância do sistema Braille para o processo de ensino-aprendizagem?

Deste modo, este trabalho tem o objetivo de proporcionar uma visão ampla sobre o método de comunicação Braille. Para os objetivos específicos se estabeleceu: Compreender a origem da inclusão; Descrever a importância do sistema Braille para o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência visual e baixa visão; Salientar o papel do professor na inclusão do aluno deficiente visual.

Justifica-se a escolha dessa temática pela importância da inclusão e da utilização do Braille dentro das salas de aulas do ensino regular, pois esta ferramenta é considerada um recurso importantíssimo e que auxilia as pessoas com deficiência no sentido de serem inseridos na comunicação escrita, educação, trabalho, vida social e cultura. Este método é considerado como uma ferramenta de grande valor no processo de ensino-aprendizagem do deficiente visual.

A opção de Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e documentos referente à importância do ensino do Braille nas escolas como forma de inclusão do aluno.

Os autores citados ao longo do referencial teórico foram de grande relevância para a construção dessa pesquisa, uma vez que abordam os conceitos sobre a importância do Braille no processo de ensino aprendizagem.

Considerando que o Braille representa um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, este trabalho será de muita valia, pois tem a finalidade de

proporcionar conhecimento para a formação do acadêmico envolvido e também para futuros alunos que necessitem de uma fonte de pesquisa na temática abordada.

2 A ORIGEM DA INCLUSÃO

A palavra “inclusão”, de acordo com o autor Mendes (2016, p. 391), teve seus primeiros estudos publicados na literatura apenas na década de 1990, com a sua chegada o termo “interação” deixou de ser usado e tendo como ideal a colocação de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino. O princípio da inclusão é descrito como:

Como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominada inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscavam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças. MENDES (2016, p. 395)

O que o autor deseja expressar é que as diversas maneiras de aceitar e respeitar a diferença de cada indivíduo, incluindo todos aqueles que eram excluídos no ambiente escolar não eliminaria a diversidade. Neste sentido, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) dispõe que todos os indivíduos considerados diferentes e excluídos teriam o direito de ingressar na escola juntamente com os demais alunos, passando assim a ser uma sociedade democrática.

Veiga (2017) explica que a era da modernidade ficou marcada como um período de “intolerância a modernidade”, as várias características dos indivíduos que existiam na época como os cegos, surdos, mudos, rebeldes, pessoas que não andavam, entre diversos outros, eram considerados como indivíduos anormais. A diferença existente entre os seres, de acordo com o autor é:

Entendida como aquilo que, sendo desviante e instável, estranho e efêmero, não se submete à repetição, mas recoloca, a todo o momento, o risco do caos, o perigo da queda, impedindo que o sujeito moderno se apazigue no refúgio eterno de uma prometida maioria. (VEIGA, 2017, p.108)

Foi por volta do século XIX, que começaram a surgir as primeiras classes especiais dentro das instituições de ensino, naquela época essas salas eram tidas

como seguras e promoveriam o cuidado dessas pessoas com deficiência. Essas ações eram realizadas a fim de proteger os outros indivíduos da sociedade de ter que conviver com os “anormais”. O direito das pessoas com deficiência de ter educação igualitária foi um processo muito longo e levou muitos anos para ser conquistado (CARVALHO, 2017).

Carvalho (2017) explica que todos os temas que discutiam o direito de incluir os alunos com deficiência na educação básica defendiam a ideia de que tais alunos seriam beneficiados:

[...] participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos [...]. (CARVALHO, 2017 p.388).

Carvalho (2017) afirma que os “indivíduos tidos como normais” poderiam conviver com essas pessoas e isto proporcionaria a possibilidade de aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes e aceitação das próprias potencialidades e limitações.

Já o autor Castro (2018), explica que uma pessoa é tida como normal a partir do “assinalamento do normal e do anormal, um assinalamento das diferentes curvas da normalidade”, ou seja, a “operação de normalização consistirá em fazer interagir essas diferentes atribuições de normalidade e procurar que as mais desfavoráveis se assemelhem às mais favoráveis”.

Conforme afirma o autor acima, as pessoas vistas como diferentes na sociedade, na maioria das vezes são marginalizadas, e este preconceito só é rompido quando há a normalização e a inclusão de tais pessoas no contexto social, ou seja, quando há a interação desses indivíduos a fim de que os desfavoráveis se assemelhem aos mais favoráveis.

A respeito da convivência social, de acordo com Castro (2018), havia um obstáculo ao tentar incluir as crianças e jovens com necessidades especiais nas escolas, pois na época se pensava que as salas de aulas eram apenas para alunos que não tinham nenhuma deficiência, por isso não era realizado mudanças para apoiar a inclusão de tais alunos. Portanto, nota-se que a educação inclusiva não é algo novo, pois é pensada desde os primórdios da civilização humana e dos

processos de interação. Por sua vez, a inclusão surge ao final do século XX, onde começou a ser constantemente utilizada em todas as ciências humanas.

Ao longo dos anos muitas mudanças ocorreram com a finalidade de incluir alunos com deficiências nas redes de ensino regulares, um exemplo disto é o novo Plano Nacional de Educação 2014/2024 que contém 20 metas para garantir uma educação mais capacitada, e mais especificamente a Meta 04, diz respeito ao direito de todos ter acesso à educação básica de ensino. Conforme exposto a seguir:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Constituição brasileira dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa com deficiência, e institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Este decreto afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, e que é de responsabilidade das escolas se organizarem para promover o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A LDB (9394/96) está em vigor desde o ano de 1996, e já teve muitas alterações em seu conteúdo, visando sempre mudanças positivas e a qualificação para todos os envolvidos na área da educação. Esta Lei apresenta questões fundamentais para compreender o tema inclusão, e irá ser apresentada a seguir.

Primeiramente será exposto o art. 3º, que serve como base para o ensino: a igualdade de condição, para o acesso e permanência na escola, todavia a mesma lei que expressa sobre igualdade, há um capítulo separado para a Educação Especial, o Capítulo V. No art. 3º também explica sobre o princípio de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, assim como o respeito à liberdade e apreço à tolerância, porém no ano de 2014 com o surgimento do novo Plano Nacional de Educação (PNE), alunos que possuem necessidades especiais deverão ser matriculados de preferência em uma rede regular de ensino.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, institui em seu Art. 7º que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica, e o Art. 8º explica que as escolas da rede regular de ensino devem prover na organização de suas classes, professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

Portanto, nota-se que já existe o direcionamento para políticas públicas que visam incluir todos os alunos com necessidades especiais em redes regulares de ensino. Conforme afirma Figueira (2021):

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas. (FIGUEIRA, 2021, p.8)

Com base na citação acima, pode-se inferir que a inclusão escolar é um direito de todos os alunos, e os estudantes com deficiência não atrapalham a qualidade do ensino em uma turma, desde que haja em sala de aula, um professor capacitado para ensinar exclusivamente estes alunos, sendo que eles necessitam de uma equipe especializada que lhe dê atenção integral para que possa atender suas necessidades e acompanhar o ensino juntamente com o restante da turma.

No Art. 58 da Constituição Federal está expresso que todos os alunos com necessidades especiais possuem direitos em relação aos currículos, metodologias, técnicas, recursos educativos específicos para cada necessidade, bem como o direito de concluir o ensino fundamental caso a sua deficiência o tenha impedido de terminar. Entretanto, a sociedade deve se questionar a esse respeito e investigar a realidade nas instituições de ensino, buscando saber realmente se a inclusão dos alunos está acontecendo.

Deste modo, percebe-se o quanto é importante a escola proporcionar um ambiente democrático e competente para desenvolver todos os alunos, sem haver distinções. A Educação Inclusiva é fundamental, vista que ela permite que o educando com necessidade especial, frequente o mesmo ambiente escolar, seja da

rede pública ou privada, com colegas sem deficiências. E é responsabilidade do cenário educacional proporcionar tais momentos, como explicita Mitler:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (MITLER, 2017 p.25)

Diante das leis e diretrizes que asseguram e amparam o aluno com deficiência dentro da escola, é necessário o envolvimento da equipe escolar no planejamento de ações voltadas à inclusão, para que então concretize a proposta que está expressa no papel. Sendo necessária também uma formação continuada por parte dos professores, da equipe pedagógica e dos demais envolvidos no âmbito educacional para se conquistar a melhoria do atendimento educacional.

É importante ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2016), afirma em seu artigo primeiro que a Lei foi criada com a finalidade de garantir e proporcionar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiências, objetivando sua inclusão social e cidadania.

3 A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA BRAILLE PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO

O Braille é a ferramenta de comunicação tátil utilizada pelos cegos para ler e, foi desenvolvida no ano de 1825, na França por um homem chamado Louis Braille. Ele morava em uma pequena cidade chamada Coupvray, que ficava localizada ao leste de Paris. Seu pai era carpinteiro e fabricava arqueiros para os moradores de sua cidade, quando Louis tinha apenas três anos de idade, feriu os olhos no momento em que brincava com algumas ferramentas de trabalho de seu pai, ficando cego definitivamente. Foi então, que começou a estudar em uma instituição específica para cegos na França, e ao longo de sua vida, se aprofundou em estudos para facilitar o aprendizado e a leitura de deficientes visuais, foi aperfeiçoando suas pesquisas com o passar dos anos, até finalmente desenvolver o sistema Braille que conhecemos hoje (SANDES, 2018).

Desse modo, é necessária a realização da análise acerca do conceito da deficiência visual. Conforme afirma Bruno (2015), o deficiente visual é aquele indivíduo que é completamente cego ou que possui baixa visão. Silva (2020) explica que são consideradas deficientes visuais aquelas pessoas que não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta e precisam fazer uso de outras metodologias (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e sinestésico) para obter desenvolvimento e aprendizagem. O autor acrescenta que, assim como qualquer outra criança, o indivíduo que possui deficiência visual precisa receber afeto, empatia, atenção, respeito, cuidados, e interação positiva para se sentir acolhida e ser inserida no meio social, educacional e cultural.

Compreende-se como deficiência visual, quando há a perda total ou a redução da capacidade de ver e após a melhor correção ótica, manifestando-se como:

Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção; Visão reduzida/baixa visão: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais. (BRASIL, 2015, p.45)

Toda criança com deficiência visual precisa e tem o direito de se comunicar e, para isso, elas fazem uso de uma metodologia própria de comunicação para auxiliá-las, o sistema Braille. Esta metodologia representa a leitura silenciosa dos cegos, a diferença da comunicação do Braille para a comunicação tradicional é o sentido utilizado, as pessoas que enxergam normalmente usam a visão, e as pessoas que não enxergam usam o tato (SANDES, 2018).

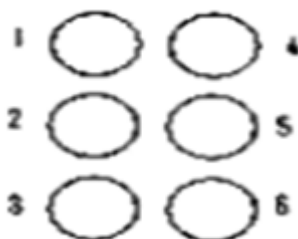
Deste modo, nota-se que nem toda pessoa com deficiência visual necessita fazer uso do sistema Braille para escrever e ler, apenas as pessoas cegas. Isto desmente a ideia de que o Braille deve ser utilizado por todos os deficientes visuais, visto que apenas cerca de 10 a 15% das pessoas com deficiência visual podem ser consideradas realmente cegas (DEFENDI, 2016).

É importante destacar que o ensino do Braille, em sua forma mais tradicional, tem o poder de valorizar as habilidades motoras do aluno, sem precisar trabalhar com as crianças a função social da escrita.

As bases do ensino pelo estímulo sensorial estão no iluminismo, sedimentada na educação especial de Itard, que realizou um processo sistemático e registrado de educação com Victor, o menino selvagem de Aveyron. Nesse modelo pedagógico, em que se bombardeia o corpo com sensações e se treinam os sentidos para discriminar percepções cada vez mais semelhantes, entende-se que o conhecimento se dá pela experiência dos sentidos, não pelo sentido da experiência. É fácil perceber que tal modelo de aprendizagem está na contramão de tudo que as abordagens centradas no aluno, as freirianas, as construtivistas e as socioculturais, defendem. Isso porque aprender por meio do treinamento da discriminação sensorial artificializa a vivência a tal ponto que o sentido do sentir desaparece no percurso de exercícios sem sentido. (REILY, 2015, p. 155).

A cela Braille é composta por duas colunas com três pontos cada. As combinações destes pontos formam 63 sinais básicos que representam as letras, os números e outros símbolos, como de pontuação e notas musicais, conforme mostra a figura a seguir (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2017).

Figura 01: A cela Braille



Fonte: Sá; Campos; Silva (2017)

A leitura do Braille é feita utilizando os dedos das duas mãos, onde o indivíduo deve percorrer os pontos da esquerda para a direita. Já a escrita pode ser desempenhada por meio de uma reglete e punção, ou da máquina de escrever Braille. Na cela Braille a coluna da esquerda possui os pontos 1, 2 e 3, e a da direita os pontos 4, 5 e 6. Na escrita com a reglete a cela é invertida, para produzir os pontos em relevo na ordem da leitura. Já na máquina de escrever a escrita é feita na mesma direção da leitura, isto possibilita que a escrita seja mais rápida e mais fácil de compreender os símbolos (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2017).

Este sistema é fundamental para a alfabetização e a comunicação do cego, visto que, ele abre portas para o conhecimento, e se este for alcançado a finalidade está sendo cumprida. Deste modo, para que o aluno não perca o interesse e a motivação no ambiente escolar é muito importante fornecerem recursos que favoreçam os seus outros sentidos (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2017). Portanto, é

importante ressaltar que o aluno com deficiência visual tem tanto potencial e capacidade para aprender quanto os demais alunos, e sendo assim os procedimentos e materiais devem ser bem adaptados e adequados a eles, para possibilitar que o desenvolvimento de suas habilidades ocorra.

Assim, nota-se que o Braille é de extrema importância nos ambientes escolares para a educação dos deficientes visuais, pois é o método pelo qual aprenderão a ler e, de fato terão a oportunidade de contatar com a realidade. De acordo com Belarmino (2018):

O sistema Braille permitiu que indivíduos cegos saíssem do seu mundo específico, para compartilharem de forma mais abrangente, esferas comuns de realidade com os outros indivíduos da cultura [...]. Os indivíduos cegos encontraram no Braille a ferramenta que lhes permitiu construir uma nova individualidade histórica, todo um mundo amplo a se descortinar na ponta dos seus dedos, numa resolução semiótica levada a cabo por apenas seis pontos em relevo. (BELARMINO, 2018, p. 5).

De acordo com o autor acima, esse método de escrita abriu muitas portas para os deficientes visuais, promovendo a inclusão e a oportunidade de aprender por meio do Braille, e com o passar dos anos e a popularização desta ferramenta, muitos centros de atendimentos especializados em deficiência visual começaram a surgir no Brasil e no mundo todo.

O Brasil possui vários centros de atendimentos especializados em deficiência visual, onde ensinam o Braille e também incluem outros projetos, visando a melhoria de vida dessas pessoas, porém ao ingressarem no ensino regular dificilmente encontram profissionais capacitados para dar continuidade nesse processo (SÁ, 2019).

No processo de ensino aprendizagem do aluno, o Braille deve ser utilizado respeitando as etapas do desenvolvimento do indivíduo, de maneira progressiva e individual. É fundamental que os pais saibam que estimular a audição do bebê cego ou com baixa visão será essencial para sua orientação e mobilidade no futuro, pois a partir deste estímulo, a criança aprende a perceber se ela está longe ou perto de determinado objeto ou pessoa, desenvolvendo noções espaciais e de lateralidade, que são consideradas habilidades extremamente importantes para o sucesso de seu desenvolvimento escolar e na sociedade (OLIVEIRA, 2019).

4 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE VISUAL

Há no Brasil uma instituição chamada Faculdade Guilherme Guimbala localizada em Joinville no Estado de Santa Catarina, onde o curso de pedagogia tem em sua grade curricular a disciplina Braille. Não são todas as universidades do Brasil que colocam dentro da formação do professor o ensino do Braille, ainda que isto seja de extrema relevância para melhorar o ensino e promover a inclusão dos alunos.

Muitas instituições de ensino sofrem com a falta de capacitação dos profissionais e a escassez de recursos materiais para desenvolver o aprendizado desses alunos. São por estes fatores que os alunos deficientes visuais enfrentam enormes barreiras na inclusão dentro do ambiente escolar, vista que sem profissionais capacitados os alunos se deparam com dificuldades para acompanhar o ensino juntamente com a turma, desse modo, especialistas afirmam que a inclusão de alunos deficientes visuais merece todos os esforços educacionais que são de suma importância para atendê-los (SILVA, 2017).

Infelizmente a desinformação a respeito desse sistema de leitura e escrita, e a ideia de que a tecnologia pode substituir qualquer metodologia de ensino e com isto não é necessário que o professor aprenda, associadas a imagem de que a disponibilização do texto oral pode substituir a aprendizagem da escrita, levam muitos educadores a crer que é possível ao cego passar pela escola sem a necessidade de aprender o Braille.

Conforme explica Pires (2017), os alunos mais velhos, que não aprenderam o Braille na infância, geralmente não têm interesse em aprendê-lo:

A sala de recursos foi criada para crianças, adolescentes e adultos deficientes visuais que já frequentavam a escola ou que tinham a intenção de voltar a estudar. Sua finalidade era justamente acompanhar o aluno da rede estadual ou municipal, mas os alunos universitários também eram alunos. A gente fazia um trabalho diversificado, porque os alunos que estavam já na universidade precisavam de ajuda para poder ler textos e fazer anotações. Para você começar a ensinar Braille, havia muita resistência a ser enfrentada, porque já estavam participando oralmente, faziam prova oral com os professores e não tinham a percepção tátil necessária a esse tipo de leitura. E desenvolver a percepção tátil numa pessoa que não tem muito interesse em aprender é quase impossível! Ele pode até memorizar que o "a" é o pontinho número 1, que o "b" é o 1 e o 2, memoriza. Mas ler tatilmente, para ele, é difícil. (PIRES, 2017, p. 62).

Machado (2017) explica a importância das Políticas de Acesso, e afirma que é responsabilidade das instituições de ensino, dar todo o suporte aos alunos deficientes visuais. Portanto, é a escola que:

Deve promover os valores dessa sociedade, oferecendo todas as oportunidades possíveis para o desenvolvimento integral desse ser humano, garantindo o acesso e a permanência bem-sucedida a todos, de forma gratuita e tendo como centro todos os seus alunos únicos que constituem seus objetos-sujeitos dialéticos em todas as suas etapas de vida. (MACHADO, 2017, p. 27).

No âmbito escolar, para que a inclusão seja realmente efetivada é necessário que o professor faça mediações a favor da inclusão dos alunos que possuem alguma necessidade especial. Possibilitar que o aluno com deficiência faça interações com os demais da turma, já que este se encontra dentro de um ambiente de diversidade. A aprendizagem desse aluno deve ser pauta em significados e possibilitar o desenvolvimento das habilidades que o mesmo ainda não domina por consequência da deficiência.

É necessário que o educador esteja munido que conhecimentos acerca da deficiência, mas não somente conhecimentos técnicos ou acúmulo de cursos com abordagens na área. É importante que o professor seja reflexivo em suas práticas pedagógicas, uma vez que estará lidando diariamente com a diversidade dentro da sala de aula e precisará mediar as práticas individualmente e também no coletivo, contribuindo assim para a inclusão.

Conforme explica Oliveira (2019) para ocorrer a inclusão de um deficiente visual no ensino regular é muito importante que haja o envolvimento de todos, tanto da família quanto de amigos e da escola, é fundamental que estes indivíduos sejam tratados normalmente, é essencial respeitá-los e compreendê-los em sua forma de ser, proporcionando tratamento em todas as áreas que necessitarem.

Um ponto importante para a promoção da inclusão de alunos deficientes visuais na rede de ensino regular é o papel do psicopedagogo, por isto é fundamental que este profissional compreenda a demanda realizada, que se estabeleça uma situação de comunicação que o permita e que ajuste a resposta à solicitação feita, definindo o papel que pode e quer desempenhar. Conforme explica Pinheiro (2018):

[...] o psicopedagogo pode incentivar o professor e a escola, a repensarem o seu papel de docência frente às dificuldades de aprendizagens do alunado, comprometendo-se a mediar estratégias, metodologias, objetivos para reformular propostas das práticas avaliativas no âmbito escolar, com a meta de mudar a aprovação/reprovação dos alunos como uma arma, que muitas vezes, é um dos motivos para o fracasso escolar, ou seja, uma redefinição das práticas avaliativas, a correção de um método de repressão para ser utilizada como ferramenta pedagógica para a evolução psicológica, educacional e social do discente. Assim, o psicopedagogo precisa atuar em sala de aula juntamente com o docente, apoiando-o para amenizar os problemas familiares, sociais e solucionar as dificuldades educacionais da criança (PINHEIRO, 2018, p.6).

Lembrando que não cabe apenas aos profissionais da educação um estudo sobre melhorias e suportes para os alunos que necessitam de atendimentos especializados, como também cabe aos pais procurarem trabalhar em sociedade com a escola, fazendo a sua parte para melhorar a vida de seu filho em casa, na comunidade e no convívio com outras pessoas. Mas voltando ao âmbito escolar, Camargo nos fala que:

Para que todas as necessidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais sejam verdadeiramente atendidas se faz necessário que os professores e todos os outros profissionais saibam como atuar de modo a atender estas necessidades. Não se pode falar de inclusão quando dentro da instituição escolar a equipe não tem o devido preparo para atender aos alunos. Muitas vezes é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar (CAMARGO, 2017).

Interessante evidenciar também que o trabalho em equipe multidisciplinar é muito importante para a promoção da inclusão, pois o mesmo consiste no exercício conjunto com os profissionais educadores. E para que ocorra esse processo de inclusão, Sasaki relata:

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, "A Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação de Necessidades Especiais". (SASSAKI, 2004).

Como citado pelo autor, a Declaração de Salamanca foi um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, no país da Espanha no ano de 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para

a reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. O documento consiste na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daquelas cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas.

A respeito das metodologias diferenciadas e da contemplação da individualidade de cada aluno, Conforme Cunha “não se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar um ambiente inclusivo. Contudo, não se deve entender este ambiente Inclusivo somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também elas qualidades humanas” (CUNHA, 2012, p. 100).

Frente a essa questão, a escola como um todo deve estar totalmente preparada para utilizar de maneira correta os recursos disponíveis na escola, a sala de recurso para o aprendizado e também estar munido de conhecimento a respeito do tipo de deficiência que a criança apresenta, para que então consiga atingir os objetivos previstos dentro de cada atividade e atingir o aprendizado e desenvolvimento do aluno.

No ambiente escolar, quando o assunto é o apoio e a inclusão ao aluno deficiente visual, tudo dependerá da formação que o profissional da educação recebe, pois é ela que pode assegurar que o professor desempenhe seu papel social. Portanto, diante de todo o contexto, nota-se a extrema necessidade de aprofundar os estudos nessa área e também realizar pesquisas que possam trazer novos apontamentos e estratégias para identificar as dificuldades enfrentadas por tais alunos, a fim de elaborar métodos para sua inclusão e desenvolvimento nas classes regulares (DOMINGUES, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo dados da pesquisa desenvolvida, o sistema Braille é fundamental no processo de ensino-aprendizagem e de inclusão do indivíduo, pois ele é um código universal que proporciona a oportunidade das pessoas cegas se beneficiarem da escrita e da leitura, dando-lhes o direito ao conhecimento, auxiliando a sua inclusão na sociedade e o pleno exercício da cidadania. Portanto, é perceptível a importância do Braille para o aluno deficiente visual, visto que todos têm o direito de se comunicar e utilizando este método o aluno poderá ser inserido na comunicação escrita, educação, trabalho, vida social e cultura.

Outro fator importante é o papel da escola de proporcionar um ambiente democrático e competente para desenvolver todos os alunos, sem haver distinções. A Educação Inclusiva é fundamental, vista que ela permite que o educando com necessidade especial, frequente o mesmo ambiente escolar, seja da rede pública ou privada, com colegas sem deficiências.

Com base na pesquisa levantada nota-se que promover a educação inclusiva nos dias de hoje é fundamental, uma vez que diferentemente da educação especial, a inclusão tem o objetivo de não separar o aluno que possui alguma deficiência do convívio e aprendizado de outros alunos de uma escola regular, esta inclusão proporciona ao indivíduo um desenvolvimento junto da sociedade.

De acordo com pesquisa bibliográfica sobre a Inclusão de alunos deficientes visuais, foi possível perceber que além desses alunos enfrentarem barreiras sociais no convívio escolar, há também o fator que muitas escolas não estão preparadas para atendê-los, pela falta de recursos materiais, profissionais capacitados, acompanhamento pedagógico, entre outros fatores.

Portanto, é possível concluir que quando o assunto é o apoio e a inclusão ao aluno deficiente visual, tudo dependerá da formação que o profissional da educação recebe, pois é ela que pode assegurar que o professor desempenhe seu papel social. Sendo assim, diante de todo o contexto, nota-se a extrema necessidade de aprofundar os estudos nessa área e também realizar pesquisas que possam trazer novos apontamentos e meios para identificar as dificuldades enfrentadas por tais alunos, a fim de elaborar estratégias para sua inclusão e desenvolvimento nas classes regulares.

Ainda há muitas barreiras a serem enfrentadas pelos deficientes visuais, pois um dos maiores obstáculos infelizmente é a inclusão escolar. Em meio a tantos fatores que dificultam o acesso à educação adequada, percebe-se com base nesta pesquisa que muitas instituições brasileiras sofrem com a falta de capacitação dos profissionais e a escassez de recursos materiais para desenvolver o aprendizado desses alunos. E é justamente por este motivo que a inclusão desse público, merece todos os esforços educacionais que são de suma importância para atendê-los.

Deste modo, a revisão bibliográfica para esse trabalho foi importante para coletar dados, procurando explicar e discutir temas com ajuda de referências

teóricas, publicadas em revistas, artigos entre outros. Buscando conhecer o conteúdo científico do tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular/ autora do projeto Mara Olimpia de Campos Siaulys – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 15 de ago. 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/ Plano Nacional de Educação 2016-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

BRUNO, M. M. G. Educação infantil: Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2015.

CARVALHO, Simone Célia de; PAULINO, Paulo Cesar. Inclusão: é o privilégio de conviver com as diferenças. Cornélio Procópio - PR, 2017.

CASTRO, Heloisa Vitória de. Educação Especial e Inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico – social. Faculdade de Educação-UFG, 2018.

CAMARGO, Jr. Walter. Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Secretaria Especial dos direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12 out 2022.

DOMINGUES, Celma. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FIGUEIRA, Emílio. As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos! 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas. p. 27, 2008.

LIMA, Thalita. A Importância do letramento escolar para a criança cega. In: revista Caminhos em Linguística Aplicada, Vol.3, 2016, p. 108-120.

MACHADO, Edilene Vieira. Políticas Públicas de Inclusão no Ensino Superior. In: Souza, Olga Solange Herval (Org.). Itinerários da Inclusão Escolar – Múltiplos Olhares, Saberes e Práticas. Porto Alegre, Ed. Ulbra, 2017, p. 27.

MENDES. Enicéia G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar do Brasil. 2016.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2017.

OLIVEIRA, Josélia De Jesus Araujo Braga De. MELO, José Carlos De. Sistema Braille no processo de ensino- aprendizagem das pessoas com deficiência visual: da Educação Infantil ao Ensino Superior. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 10, Vol. 13, pp. 63-73. Outubro de 2019.

PIRES, R. S. A experiência vivida na escola na ausência do sentido da visão. 2017. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciência Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo.

REILY, L. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papyrus, 2015.

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. Deficiência Visual. São Paulo: MEC/SEESP, 2017.

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2019.

SANDES, L. F. A leitura do deficiente visual e o sistema braile. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-LIZIANE-FERNANDES-SANDES.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu. Kazumi. As escolas inclusivas na opinião mundial. 2008. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria#.XrMX3p5KjIU. Acesso em: 17 out 2022.

SILVA, A. M. da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2017.

SILVA, Vívian Karen Batista da Silva. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as políticas de inclusão no Brasil para pessoas surdas e o descaso estatal na materialização dos direitos. ANAIS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VI FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – “A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências” - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESS. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. Inclusão e Governamentalidade. Educação Social, Campinas, v. 28, n.100 – Especial, p.947-963, out. 2017.